

UNIVERSIDADE EDUARDO MONDLANE

Faculdade de Letras e Ciências Sociais

Departamento de Arqueologia e Antropologia

Curso de Licenciatura em Antropologia



Coesos em “boha la hansi, yelsha”: Percepções de Risco Entre os Trabalhadores Sazonais da Construção Civil, na Cidade de Maputo

Autora:

Maria Judite Mungoi

Supervisor:

dr. Hélder Nhamaze

Maputo, Agosto de 2015

Coesos em “boha la hanshi, yelsha”: Percepções de Risco entre os Trabalhadores Sazonais da Construção Civil, na Cidade de Maputo

Autora

Maria Judite Bonifácio Mungoi

Trabalho de Culminação de Estudos na modalidade de projecto de pesquisa em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane

Supervisor

dr. Hélder Nhamaze

Presidente

dr^a. Marta Langa

Oponente

dr. Emídio Gune

Maputo, Agosto de 2015

Declaração de honra

Declaro por minha honra que o presente projecto de investigação é da minha autoria resultante de uma investigação pessoal e, nunca foi apresentado por qualquer outro pesquisador, sendo que está devidamente referenciada no presente texto toda a bibliografia e as fontes a elas recorridas.

Maputo, Agosto de 2015

Maria Judite Mungoi

Dedicatória

Dedico o presente trabalho ao meu cônjuge Manuel de Elvira Matsimbe, aos meus filhos Ezdínia Elvira e Francisco Dércio, cujo a paciência e tolerância a mim prestada contribuíram para o sucesso deste projecto. Aos meus pais Bonifácio Mungoi e Isaura Rosa Manhona, que Deus a tenha, que dos ensinamentos sistematicamente dados de forma sistemática vincavam a pertinência de formação.

Agradecimentos

Quero agradecer em especial o meu supervisor dr. Hélder Nhamaze, pela sua prontidão ao serviço da academia. Pela sua determinação e rigor científicos princípios que ajudaram-me a abandonar o comodismo e, perceber que era capaz de dar sempre um pouco mais do meu melhor.

Aos docentes do Departamento de Arqueologia e Antropologia, com destaque para o dr. José Pimentel Teixeira e dr. Emídio Gune, pela sua exigência dos padrões de qualidade em mim, como determinantes do perfil intelectual, facto que inspiraram-me na busca de novas etapas de conduta, disciplina e consciência de responsabilidade num mundo académico. Ao dr. Danúbio Lihaha, pela sua simplicidade na prestação de apoio durante todo o percurso para obtenção deste grau.

Os meus agradecimentos vão igualmente aos colaboradores deste estudo, são todos os trabalhadores considerados sazonais na construção civil, em especial a Isabel Artur, Tiago Massavanhane, Bejamim Nganhane, Bazo Pical Chirungze e Arlindo Chauque.

Aos meus colegas da turma de 2011, com destaque a equipa de estudo composta, por Cristóvão Alfredo, Luísa Gomes, Shila Marengula.

Estes agradecimentos são extensivos a minha colega de serviço, a senhora Luísa Estrela Tinga, pela sua simplicidade e colaboração no uso das tecnologias informáticas durante o processo de produção do presente texto, a quem comprometo-me em manter acesa essa amizade entre-nos.

Resumo

Este trabalho é uma reflexão antropológica sobre a relação entre os trabalhadores sazonais da construção civil e os equipamentos de protecção individual, e visa contemplar as perspectivas do grupo relativas ao risco no quotidiano do exercício laboral. A partir do método etnográfico e técnica de observação directa, procurei interagir com os operários numa empresa de Construção Civil, Serviços de Indústria Petrolífera denominada Maputogal, Lda, na Cidade de Maputo.

Existem algumas perspectivas sociológicas relativas a noção “*risco*” ou acidente laboral, sendo que, teóricos como Evans Pritchard (1948), considera acidente um evento deliberado ou premeditado; Ribeiro (1999), defende que “*risco*” é um processo de trabalho em si, deixa notória a ideia de casualidade; ou ainda “*apropriação do risco*” ao que transcende qualquer medida de mitigação no meio laboral por inerência da actividade integrado na vida dos indivíduos, (Lihaha, 2004).

De acordo com Granjo (2004;2006), entende-se que o “*risco*” é multi-perceptível que pode ser probabilístico/ não probabilístico, a mesma linha de reflexão encontra-se na distinção entre a “doença narrativa a Enfermidade” e a “doença Normativa” (Alves e Sousa, 1999), debate que influenciou-me porque permite compreender lógicas distintas relativas ao EPI, das quais os trabalhadores vêm novas oportunidades de emprego, o empregador considera contenção dos custos de aquisição do mesmo e por sua vez o legislador prima pela necessidade de protecção da integridade física humana.

Neste sentido, vemos que risco laboral é contextual, pluralístico e que os indivíduos são activos pois procuram fazer alguma coisa para acautelar situações análogas ao risco ou entendidas como tal. Para os trabalhadores sazonais deste sector, o EPI simbolicamente representa futuras oportunidades ocupacionais, facto que torna o grupo de cúmplices uns dos outros numa linha de coesão pela comunhão de interesses entre si e no caso vertente, o “*boha la hanshi, yelsha*”, é forma encontrada pelo grupo de modo a acautelar a questão do desemprego cíclico entendido como o principal risco o que pode resultar em doenças psicossomáticas, tais como, o stress e a insónia.

Palavras-chave: Risco, acidente de trabalho, desconforto, saúde, tranquilidade.

Índice

Conteúdo	Pg.
Secção I	8
Introdução	8
1.1 Justificativa.....	9
1.2.Problemática.....	11
Secção II	14
2.Quadro teórico.....	14
2.1. Conceitos.....	18
2.2.Metodologia do trabalho	20
2.3. A dimensão metafísica	25
Secção III.....	28
3. Direito à Protecção, Segurança e Higiene no Trabalho	28
Secção IV.....	30
4. “Boha la hansí, yelsha” um protagonismo do trabalhador sazonal na preservação do emprego.....	30
4.1. Descrição do espaço, jornada, organização e distribuição de tarefas do trabalho	30
4.2 Crenças sobre a ideia de segurança no trabalho	34
Secção V	43
5. Considerações Finais	43
Referências bibliográficas:.....	46
Anexos.....	49
Parte iii) Entendimento sobre o acidente de trabalho na empresa construtora Maputogal	50

Secção I

Introdução

O presente trabalho foi produzido em cumprimento parcial dos requisitos para obtenção do grau de Licenciatura em antropologia na faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane. O qual visa contemplar as perspectivas do grupo relativas ao risco no quotidiano do exercício laboral, bem como as estratégias que usam para mitigar o provável “*risco*” na óptica dos trabalhadores sazonais envolvidos na obra de construção civil, no bairro 25 de Junho, Cidade de Maputo.

Actualmente na Cidade de Maputo tem se registado novas construções de edificios verticais levadas a cabo pelas construtoras da praça licenciadas para o sector da Construção Civil, acompanhadas de mobilidade de mão-de-obra, nas mais diversificadas especialidades. Este fenómeno despertou o interesse em estudar a relação que existe entre os trabalhadores sazonais e os equipamentos de protecção individuais.

O fenómeno da especialização de mão-de-obra necessária durante a execução dos trabalhos, caracteriza o sector da construção civil de uma forma geral, e nesta obra em particular, foi possível identificar grupos de indivíduos, considerados ferreiros, armadores, alinhadores de blocos, produtores de betão, canalizadores, electricistas, enchedores de betão, pintores entre outros, os quais são considerados trabalhadores sazonais ou temporários.

Visto que, a cada grupo de especialização é convidado a intervir durante uma determinada fase de execução da obra, fundamento que norteou a liberalização de celebração de contrato vinculativo de trabalho por tempo incerto e/ou, certo, consagrado na Lei do Trabalho.

Em torno disso, através de uma pesquisa etnográfica procuro no presente trabalho reflectir a partir do contexto concreto do dia-a-dia dos trabalhadores envolvidos na execução de uma obra de bomba de combustível, com o objectivo de compreender como é que os trabalhadores sazonais desenvolvem estratégias para garantir a renovação dos contratos, ou passar por tempo indeterminado e/ou conquistar outras oportunidades, visto que questões aliadas aos despedimentos e precariedade contratual no sector cria desassossego, e perturba as mentes, que por seu turno desenvolvem estratégias para garantir a renovação dos contratos, ou passar por tempo indeterminado e/ou conquistar outras oportunidades.

1.1 Justificativa

Entre os trabalhadores sazonais na construção civil, a noção de segurança no trabalho pode ser uma abstracção que por sua vez, determine o uso ou não dos equipamentos de protecção individual.

Por seu turno, esta abstracção estabelece identidades dos indivíduos na medida em que estratifica e estrutura as sociedades na relação que estabelecem com o EPI, tornando-se com efeito, relevante uma análise antropológica tendo em conta que os acidentes de trabalho e doenças profissionais podem emergir em qualquer actividade laboral, porém, a identificação e interpretação sobre o risco deriva da visão do mundo dos actores em contexto próprio.

Neste sentido, sabendo que alguns cientistas sociais apresentam argumentos de ordem dicotómico em relação a ideia de risco laboral, os quais classificam em riscos quantificáveis vs não quantificáveis, na antropologia das organizações ou ainda doença normativa vs doença da experiência subjectiva, na antropologia da saúde e doença.

Estas duas linhas de reflexão teórica inspiraram-me a interessar pelo estudo da questão de risco, acidentes e doenças laborais entre os trabalhadores considerados “*sazonais*” da empresa Maputogal, alocados na execução da obra para a construção de bomba de combustível, com vista a contemplar o seu mundo laboral, e identificar a regularidade das normas que regem o seu quotidiano, conhecer o “*campo social*” da ideia de segurança no trabalho (Bourdieu, 1987).

Assim, usando ferramentas da disciplina de antropologia concretamente o estudo etnográfico de relações laborais concretas de um grupo de profissionais aparentemente pouco relevante, “*eventuais ou sazonais*” procurei estudar e interpretar o fenómeno, a relação do grupo com os EPIs, face os acidentes de trabalho e doenças profissionais, sendo que por um lado, com o relatório poder-se-ia contribuir para melhoramento de políticas públicas sobre a segurança e saúde do trabalhador.

Por outro lado, com as políticas mais elaboradas e ajustadas ao contexto, se estaria próximo de reverter o cenário reportado no relatório anual de Junho de 2014, do Ministério do Trabalho em Moçambique, segundo o qual os acidentes de trabalho mais graves tinham sido registados no Sector de Construção Civil, totalizando 1.136 casos, de um universo de 4.084 em todo o País.

Diante dos factos, avancei ao terreno com o intuito de apreender regularidade das normas que determina o quotidiano dos trabalhadores tidos como “*sazonais*” no sector de construção Civil, relativas a concepção da noção de “*risco, segurança laboral e doença profissional*”, este último que por inerência é de manifesto tardio.

Com a pesquisa procuro compreender o que é que as pessoas fazem, dizem ou pensam em nome da segurança, saúde no trabalho e analisar que estratégias desenvolvem para garantir a rotina contratual?

A tensão permanece cada vez maior dada a instabilidade de emprego para os trabalhadores “*sazonais*”, uma vez que os contratos são do regime de “*prazo certo*” que coincide com o fim do prazo, quando as partes prevejam a data do término do mesmo, e do regime de “*tempo incerto*”, de fundamento resolutivo, determinado pelo fim do trabalho em que os indivíduos são contratados por especialidades e por cada determinada etapa por executar numa obra.

Isto tudo constituí um teste a um conjunto de políticas públicas mobilizadas para promover a empregabilidade e estabilidade dos cidadãos. Senão vejamos, temos por um lado, o empregador do ramo de Construção Civil que vive um permanente jogo de ganhar ou perder concursos públicos para execução de obras com prazos minuciosamente estabelecidos pelo mercado e consequentemente passa a ditar sem dúvidas a oscilação da mão-de-obra a envolver na realização dos trabalhos necessários, objecto de concurso.

Vamos aqui encontrar condições favoráveis para despedimentos na primeira oportunidade de cumprimento das metas para amenizar os custos nos pagamentos de salários e outras despesas concernentes aos equipamentos de protecção e segurança no trabalho situação expressa na “política de mercado, maximizar os ganhos e evitar os custos”o que vai colocar em causa a ideia de estabilidade de emprego, bem como a de trabalho digno para todas as profissões defendida durante a Declaração de Filadélfia consagrada na convenção n° 187, de 2008.

Assim, emerge entre os sazonais da construção civil um sentimento de insegurança permanente dos indivíduos, devido a instabilidade da relação laboral que determina um futuro duvidoso sobre a possibilidade de, encontrar novo posto para vender a sua força de trabalho.

Se a questão da segurança para estes profissionais é relacionada com a estabilidade dos postos de trabalho preenchidos, e não a noção de acidente ou doença profissional, por sua vez, procuram

associar o fenómeno dos acidentes de trabalho aos elementos sobrenaturais aliados ao destino divino. Neste sentido, a ideia de separação do corpo e a mente na abordagem das doenças, apresenta um vazio de ponto de vista antropológico, embora tenha influenciado algumas políticas das organizações na classificação e interpretação do risco, acidentes e doenças profissionais.

Senão vejamos, um trabalhador com contrato a prazo certo com a vigência de 6 meses, estando no seu 4 mês, o mesmo, consciente de que dentro de 2 meses a sua relação laboral vai extinguir e consequentemente extinguirão todos os direitos que de forma cumulativa vai se reflectir na sua relação social, económica e política, este entra numa fase de intranquilidade psíquica e emocional, que influencia a desconcentração no exercício das actividades e consequente fraca observação das medidas de segurança defendida pelas políticas das organizações.

Com o efeito, o trabalhador sazonal se insere numa condição insegura a uma doença narrativa que em muitos casos é vista como pouco relevante nas políticas das organizações a partir do momento em que a primazia de legitimar um acidente de trabalho ou doença profissional é exclusivamente biomédica, por meio de um atestado médico.

1.2.Problemática

Crenças e percepções do trabalhador sazonal na construção civil sobre a segurança e risco no trabalho. Porquê é que estas pessoas se comportam simultaneamente coesos e rivais? Sabe se que todo o indivíduo seja ele trabalhador *“efectivo”* ou *“temporário”*, está exposto a condições de riscos no exercício de qualquer actividade laboral que podem lhe causar acidente de trabalho ou doenças ocupacionais.

Partindo da linha de reflexão de Danúbio Lihaha (2004) no seu debate sobre a noção de *“risco”* entre os maquinistas dos caminhos-de-ferro de Moçambique (CFM), cujo argumento é a questão do uso de equipamento em estado avançado obsoleto, aliado a insegurança implantada pela guerra de desestabilização, para justificar o factor de que determina o sentimento de insegurança daqueles profissionais o qual, na lógica do autor, essa dificuldade foi superada a partir da *“apropriação do perigo laboral”* pelos maquinistas e levavam o seu quotidiano laboral no ambiente da normalidade.

Numa mesma perspectiva, a provável apropriação ou integração do perigo como me sugiro a designar, conduz a presente análise a ideia da chamada “*violência estrutural*” como diriam (Nogueira & Pires, 2004).

Esta relativa superação das dificuldades que se designou por violência estrutural, pode ser vista mais do que a apropriação das dificuldades de ordem estruturais, que confronta os trabalhadores no meio laboral, tendo em conta que existe uma vasta gama de mecanismos em jogo nessa aparente incorporação e, torna o dia-a-dia de trabalho num ambiente de “risco” que consubstancia de alguma forma o mito da tranquilidade, pois os indivíduos sistematicamente calculam e buscam soluções das suas preocupações.

O que se pretende com a gestão do risco, e como seria possível tendo em conta as duas vertentes sobre o risco quantificável e não quantificável?

Ora, na actualidade, o legislador moçambicano tem dedicado seu esforço em desenhar séries estratégias de políticas de empregabilidade sustentável e trabalho digno, em que procura monitorar a forma como as medidas de higiene, saúde e segurança no trabalho, e usa como mecanismo, a cooperação directa com os agentes económicos e serviços, impondo que tais políticas devem ser disseminadas e cumpridas com vista a reeducação dos indivíduos na gestão de riscos laborais, no âmbito de protecção da vida e dignidade da pessoa humana no trabalho.

Estes princípios passam a inspirar as instituições privadas de capacitação profissional para os indivíduos que pretendem ingressar no mercado do emprego, sendo comum encontrar nos currículos vitae (CV) o seguinte: é “ formado em gestão de recursos humanos na matéria de higiene e segurança no trabalho”.

Esta isca tem sido facilmente comprada pelas entidades empregadoras no sector da Construção Civil, por um lado, como uma máscara para espantar as fiscalizações do governos em matérias de higiene, saúde e segurança no trabalho, (HSST), e por outro lado, para intensificar a sua hegemonia sobre o operário transformando-o astronauta, sem ter em conta toda a experiência subjectiva do indivíduo, o que pode ser visto como a forma cega de gestão de risco, que se mostra cada vez exíguo diante de uma relação laboral insegura que caracteriza os trabalhadores sazonais.

Entretanto, havendo trabalhadores sazonais no sector da construção civil, existem igualmente imagens produzidas relativas a noção de “ *segurança e/ou risco no trabalho*”, em que a partir delas o grupo se organiza e constroem novas identidades que sustenta o mito da tranquilidade, a partir da relação que estabelecem com os EPI, como estratégia de contornar o risco de desemprego.

Benedict (1984) “*padrões de cultura*” na sua reflexão sobre a linguagem dos indivíduos mostra que a mesma pode ser vista como uma ferramenta que orienta na maneira de pensar e agir face a realidade quotidiana. Trilhando este raciocínio, para a presente pesquisa constatamos que há uma ruptura de comunicação na relação entre empregador vs trabalhador sazonal na questão do uso de equipamento de protecção individual (EPI), pelo facto de, cada uma das partes incorporar múltiplas culturas e interesses distintos que aumentam cada vez mais esse distanciamento.

Por exemplo, constatei que, de um lado para os empregadores a lógica que orienta suas acções face aos EPI, é de dispêndio de recursos pela aquisição e quanto menos usados pelos trabalhadores melhor para poupar o desgaste, podendo elevar-se a durabilidade e prevenir aquisições constantes do mesmo. Por seu turno, a classe trabalhadora considerada sazonal vê nos equipamentos de protecção individual, uma oportunidade de renovação dos contratos de trabalho e por via destes reduzem o tempo de espera entre o contrato findo e o contrato potencial.

Ora, vemos aqui que as duas lógicas que orienta quer a classe dos trabalhadores sazonais, quer a classe empregadora no tocante aos equipamentos de protecção individuais, estão bem distantes do espírito legalista relativo as medidas de higiene, saúde e segurança no trabalho.

Assim, as relações humanas no meio laboral constituem o principal objecto das pesquisas antropológicas, em que com o seu método etnográfico, e a técnica de observação directa, passam a contemplar aspectos latentes conscientes ou inconscientes do observado e trazer para o debate, o preponderante papel de conciliar as diferentes visões do mundo entre os actores, por forma, a amenizar esse distanciamento, assim como, as prováveis falhas de comunicação entre as partes.

Entretanto, não se trata de trazer proposta resolutive da questão em análise mas como dizia procurei identificar as linhas e padrões de interesses que alimentam a lógica própria de cada um dos actores, em relação a distribuição, uso e não uso dos equipamentos de protecção individual, e perceber a constituição do risco no contexto da precariedade contratual no sector.

Secção II

2.Quadro teórico

Nesta secção elucidado diferentes abordagens sobre a questão da saúde, de um modo geral, e de risco e segurança no trabalho, em particular.

Das pesquisas sociológicas sobre a questão de acidente de trabalho, resultou em múltiplas interpretações, em que a noção do risco e de contágio por doenças ocupacionais imergem de pluralidade racional e passa a colocar em causa o protagonismo do pensamento biomédico ou organizacional como factor básico para determinação de uma doença profissional na medida em estes subestimam elementos subjectivos de experiências de vida dos profissionais da Construção Civil (Santos, 1993).

Alves e Sousa (1999) fazem uma abordagem interessante sobre a qual sugeri-me a reflectir nesta pesquisa, na distinção que fazem sobre a “doença normativa” à *doença Disease* e “doença narrativa” à “*Enfermidade*” e que, no contexto de análise dos acidentes de trabalho e doenças profissionais dos trabalhadores sazonais da construção civil, não se pode perder de vista as experiências subjectivas do actor na relação com o trabalho, seus companheiros de trabalho, o contexto social, cultural, e o itinerário terapêutico por si percorrido.

“A mente humana apesar das diferenças culturais entre as diversas fracções da humanidade, é em toda parte uma mesma coisa com as mesmas capacidades o facto é que cada um tenha desenvolvido as suas próprias características tornando se diferentes uns aos outros”. (C.Levi-Strauss, 2010:31).

O espírito similar de reflexão encontra-se em Uchoa & Vidal (1994:501) no qual a percepção dos aspectos complexos na esfera dos acidentes de trabalho e doenças profissionais, assim como, no tipo de acções com relação a noção do risco, requerem uma busca exploratória mais detalhada num determinado grupo de profissionais de uma certa área.

Neste caso em concreto dos trabalhadores sazonais da construção civil, podemos visualizar uma realidade, relacionando o real e as relações simbólicas do seu quotidiano numa obra de bombas de abastecimento de combustível.

Nesta perspectiva, Sperber (1992) defende que a arena da antropologia é basicamente o mundo das coisas não naturais, coisas que brotam da acção humana consciente ou inconsciente, a forma como desenha, configura e contempla o seu próprio mundo pois, constitui a preocupação humana que se caracteriza em codificar e descodificar o mundo na total extensão do sentido da coisa, quer natural, físico, imaterial, representações, morais, espirituais, culturais, toda uma rede complexa de construção social.

Ainda trilhando o raciocínio de Sperber (1992) há aqui uma ideia do relativismo “*relativismo cultural*”, no qual os resultados do campo permitem identificar a diversidade das crenças e representações sobre o risco e acidentes de trabalho mas, mais do que diversidade de representações, há também uma notável diversidade triangular do interesse com relação aos meios de protecção individual, que estratifica os indivíduos em três grupos a saber:

- 1) As comissões de HSST, tem um interesse de melhor servir ao patrão mostrando a sua lealdade e impor aos operários o uso adequado dos equipamentos fornecidos, com vista a fazer valer os pressupostos legalistas num todo processo de definir os fins dos equipamentos de protecção individuais.
- 2) Os trabalhadores com contrato permanente tem um interesse de preservar pelo menos um quite completo do equipamento em boas condições de conservação, para somar menos número de itens lançados no seu caderno de adiantamento por ano, e consequentemente se beneficiar de bónus anual de contenção das despesas por equipamentos de protecção individual (EPI). Na mesma linha de interesse em poupar e ganhar está o empregador visto que este, no período de recontração e renovação dos contratos de trabalho prioriza os trabalhadores que tiverem o EPI, em estado aceitável de conservação.
- 3) Os trabalhadores com contratos a prazo certo e/ou incerto, os ditos “*sazonais*” tem interesse em também manter pelo menos um quite ou parte deste equipamento fornecido, e no final do contrato apresentam o equipamento em estado degradado para justificar o seu uso intensivo durante os trabalhos. Assim, buscam poupar o novo para facilitar o processo de selecção e integração em caso de novas oportunidades de recrutamento.

Ora, há em todos os casos aqui descritos, elementos comuns a saber:

- 1) O não uso de equipamento de protecção individual contra os acidentes de trabalho e doenças profissionais, transcende a ideia do EPI como tal e remete-nos à ideia de poupar para lucrar “o *ganho*”, que no caso do primeiro grupo o tal se reflecte em forma de honra e prestígio;
- 2) No segundo caso, o mesmo pode ser entendido em acréscimo de valores monetários nos seus ordenados no final de cada ano, para trabalhadores efectivos sendo que o empregador também tem “*ganho*” monetário ao reduzir os custos de compra desses equipamentos;
- 3) Por último, para o terceiro grupo considera-se “*ganho*” a forma de manter ininterrupta a sua rotina ocupacional de tal maneira que conseguir um novo contrato significa manter o seu estilo de vida individual e familiar, a rotina do homem produtivo, também implica honra e prestígio na sociedade. Sendo que para o grupo, o risco é considerado a ruptura da rotina laboral e não as condições do meio em que laboram no momento.

Noutra vertente, encontramos em Areosa (2010) dois tipos dos acidentes de trabalho, a começar por acidentes organizacionais, os que correspondem a eventos cujo a trajectória do acidente de trabalho penetra por completo as distintas formas defensivas do sistema, superando qualquer tipo de prevenção ou método de segurança e revelar a incapacidade de cumprir plenamente as suas funções de proteger as pessoas.

Evans-Pritchard (1948) escrevendo sobre “*os Ashanti na África ocidental*”, mostra que estas comunidades concebem a ideia de acidente como um evento deliberado, pois no seu contexto, acidente na sua extensão, bem como na sua forma restrita, tal como pode ser o acidente de trabalho é algo premeditado, sendo o azar algo associado a actos humanos determinados de feitiçaria, a ideia do risco aliada à condição humana.

De acordo com Bordieu (1989:9) os sistemas simbólicos como instrumentos de conhecimento e comunicação são estruturados com finalidade de construir a realidade que tende a estabelecer uma ordem do mundo social.

Vemos também em Augé (1978) que as correspondências entre sistemas sociais e crenças na feitiçaria não constituem por si sós, um objecto científico. No entanto, a composição social que se projecta na representação do infortúnio não é sempre a mesma, pois, varia consoante as perspectivas entre os actores.

Honwana (2002) trás como argumentos na análise da relação e a diferença entre os “*zionista*” e os “*tinyangas*”, no qual fundamenta que, o facto de estas duas dimensões religiosas serem marcadas pelas tensões e conflitos sucede pelo facto de ambas as instituições lidarem com a cura espiritual e promoção do bem-estar das comunidades.

Assim, pode se perceber as razões que levam as entidades empregadoras na construção civil e os operários a se acusar da responsabilidade sobre os acidentes de trabalho e doenças profissionais. Visto que, tanto uns como os outros ainda de interesse aparentemente distinto, identificamos uma componente transversal que é a poupança vs ganho, tal como identificou a autora, entre os ziones assim como os “*tinyanga*”, que abordam o tratamento de doenças e desgraças de igual modo.

Numa outra análise, Pinto (1996) no seu estudo sobre os acidentes de trabalho na construção civil, notou que o local de trabalho é um espaço de negociação de papeis sociais e/ou profissionais e afirmação de masculinidade em que uma das formas de integração e pertença ao grupo, por si identificado é o consumo excessivo de álcool, facto que chamou de exposição “*deliberada ao risco*” que amplia a vulnerabilidade aos acidentes de trabalho.

Nesta linha de reflexão será que pode se considerar um trabalhador que poupa o EPI, por servir de requisito condicional na negociação de novo contrato de trabalho, uma exposição deliberada ao risco? Que significado tem para si o EPI fornecido pelo empregador quando se pode prever a data da caducidade do seu contrato de trabalho.

Encontramos assim, que a ideia de “*risco*” toma outros sentidos, talvez o subsídio mais próximo para compreender este fenómeno seria o dado pelo professor Paulo Granjo (2006), quando retrata que existem riscos não quantificáveis, e que os riscos probabilísticos são apenas uma minoria num ambiente laboral, por isso, para a pesquisa busquei a linha de reflexão do presente teórico no seu debate sobre riscos não probabilísticos.

Giddens (1994:106-121) por seu turno mostra que a intromissão dos sistemas abstractos na vida quotidiana, junto com a natureza dinâmica do conhecimento é o exemplo de que a consciência do risco se infiltra nas acções de quase qualquer ser humano.

2.1. Conceitos

1. Acidente de Trabalho: são eventos imprevisíveis ligados a componente social, o qual, quer a sua ocorrência, quer os possíveis impactos são férteis objectos da análise sociológica porque ocorrem em qualquer lugar geográfico ou contexto social e geram sempre múltiplas perturbações e interpretações com relação às noções de perigo, risco, segurança e saúde. Com o efeito, apresentam uma variante de continuidade dinâmica, em função ao avanço tecnológico que implanta sobre o homem, novos horizontes no espaço de laboração industrial e serviços, (Areosa & Dwyer, 2010:2).

Ribeiro (1999:40) na análise que faz, entende o acidente de trabalho como sendo uma causalidade ou risco ao processo de trabalho em si, dada à manipulação de equipamentos e materiais em determinado espaço que comprovadamente provoque danos à saúde ou morte ao trabalhador. O autor traz uma definição que se operacionaliza entre a ideia de acidente de trabalho e a noção de risco.

Trata-se de um princípio positivista segundo o qual todo o efeito tem causa, segundo a prática hegemónica da coisa em que o risco é percebido como sendo de natureza material, ambiental físico ou químico, e que faz parte do processo de produção, e, a nível tecnológico o mesmo tem o carácter ocupacional, por essa razão, implica auto-responsabilidade de escolha profissional.

2. O risco, é entendido como sendo algo socialmente localizado dos quadros cognitivos aplicáveis a ameaça, por isso multi-perceptível, pois, é valorizado a partir de construções sociais dependendo do interesse, perspectiva e visão do mundo de cada contexto específico, (Granjo, 2006).

A mesma linha de reflexão, está patente na discussão sobre a questão da relevância ou não, de um determinado problema de saúde, em que a percepção do fenómeno num campo social fica dependente de relações simbólicas que articulam conceitos formais, biomédicos e culturais, (Uchoa & Vidal, 1994:501).

Douglas, citado por Areosa (1992) mostra que risco é entendido como sendo uma coisa imaterial ou construção intelectual e artificial, fruto das avaliações sociais em termos de valorizações e probabilidades. Neste sentido, tal pode ser visto como sendo a

probabilidade de ocorrência de certos eventos, e, regra geral, é associado a magnitude das consequências.

Honwana (2002:240) refere que, a doença é um fenómeno social, que cria uma alteração no curso normal da vida, podendo ou não reflectir-se no corpo físico visto que as causas são essencialmente sociais.

Por outras palavras, o risco se manifesta em perigo eminente num meio laboral é uma ameaça directa à vida e a integridade física do próprio trabalhador inerente ao exercício de actividade laboral (Diploma Legislativo, nº120/71).

Esta probabilidade se associa ao incumprimento das normas impostas pelas políticas das organizações poder-se-ia significar “*anomia*” na abordagem durkeimiana, embora não tenha o único significado. Mas, no sentido holístico, considera-se como sendo ausência de normas numa determinada sociedade ou grupo estruturado.

Assim, a ruptura manifesta dos padrões menos coesos que dantes governavam um raciocínio das crenças religiosas em que a visão do homem sobre o mundo subdivide-se em duas dimensões, a saber, o sagrado e o profano, as representações são tidas como um estado de opinião entre indivíduos, concretamente as crenças, mitos entre outras.

3. Ameaça: entende-se por ameaça a qualquer factor passível de causar danos à integridade de pessoas, seres ou coisas que a sua existência seja percebida, ainda que de forma vaga, independentemente dos quadros cognitivos que sejam utilizados para classificar, (Granjo, 2006:1168).
4. Na abordagem da Organização Mundial da Saúde, a questão da tranquilidade dos indivíduos passou a ser considerada no campo da saúde por ter-se constatado que existem determinantes diversos que podem ser resumido em “*bem-estar*” das populações sendo assim, situação complexa pouco mais além do peloiro da saúde como órgão gestor ou de outras formas regulamentais sobre a vida das pessoas, daí a necessidade de políticas públicas orientadas para o efeito no caso vertente a empregabilidade sustentável.

Neste sentido, a definição da saúde é multifacetada na medida em que envolve factores políticos, económicos sociais, culturais, ecológicos e biológicos, mas a nossa abordagem procura evidenciar a saúde na perspectiva de bem-estar, por parecer o mais adequado no

presente debate, sobre a noção do risco, acidentes e doenças profissionais entre os trabalhadores sazonais na construção civil, tendo em conta que estes estabelecem uma lógica específica na sua relação com os EPIs.

2.2. Metodologia do trabalho

Nas pesquisas antropológicas pode se encontrar hoje em dia inúmeras perspectivas teóricas que podem ser usadas como ferramenta de trabalho, porém, para a elaboração do presente trabalho foi basicamente influenciada pelas técnicas de olhar, ouvir e escrever como factores interligados e essenciais no exercício de uma investigação (Cardoso de Oliveira 2006).

Importa salientar que no caso vertente de olhar, sujeitei-me a educar o meu olhar, dada a inúmeras dificuldades de fazer parte ao mundo completamente masculino, no primeiro momento fui confundida com qualquer figura de espionagem a favor do empregador, mas a persistência de estar no mesmo local várias vezes por semana ajudou-me a perceber algumas lógicas e códigos partilhados naquele corpo social, proposta a qual Peirano (2006:107-109), designou de micro-etnografia, com vista a compreender as crenças e percepções sobre a segurança ou risco no meio laboral.

No entanto, confesso o meu fracasso relativamente a ideia de ser um dentre eles na relação pesquisador objecto pois, não foi expressa de forma cabal, na fase em que foi desenvolvida a pesquisa, em certas actividades por inerência da complexidade não me foi permitida participar para colher experiência directa do “*boha la hansî, heshla*”. Era a fase de preparação da estrutura metálica no subsolo, em que somente é permitido o acesso aos indivíduos especializados, mas pude perceber que a expressão “*boha la hansî, heshla*”, é usada como uma forma de encorajamento e afirmação de masculinidade na execução de uma actividade considerada delicada e de risco.

Face as dificuldades procurei conquistar amizades, disponibilizei o meu telefone celular para os que quisessem telefonar, e tratar assuntos pessoais, por vezes transferia crédito do meu telefone para os informantes e fui ganhando confiança de alguns líderes dos grupos, podia conversar durante o intervalo, com um crédito de confiança entre os profissionais (Malinowski, 1997).

Outra confrontação de natureza metodológica nesta análise, foi o desafio epistemológico devido a aparente proximidade do objecto, como diria Leach (1982), entre (sujeito vs objecto) que sempre levantou acesos debates no campo das Ciências Sociais no geral, e na antropologia, uma

vez que estava entre sujeito conhecedor das normas que regulam as condições de higiene, saúde e segurança no trabalho, em que o risco de políticas internas nas empresas que visam o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação laboral vigente no País, e o objecto que produz, codifica e estabelece lógicas próprias no seu quotidiano laboral, em particular, as “*duas viagens do pesquisador*” escrevia (Malinowski, 1977).

Para o efeito, a técnica de olhar parecia-me mais adequada porque o barulho das máquinas reduzia significativamente a faculdade de ouvir o que os actores diziam durante as actividades. Verifiquei que os indivíduos trajavam vestes uns diferentes dos outros, algumas roupas pareciam mais rotas que as outras, por vezes os indivíduos apresentavam-se de tronco, pernas e pés seminus.

A primeira vista, pareceria uma forma de estratificação e segregação dos operários na distribuição dos equipamentos de protecção individual, e na verdade não passava de um preconceito que eu carregava por muito tempo, dada a ideia de vitimização da classe trabalhadora no momento de negociação dos benefícios, estar em desvantagem em relação ao empregador.

No entanto, depois de ouvir os informantes durante as horas de intervalo de descanso, o resultado deu outra interpretação, a qual a estratificação é por via de contrato de trabalho, que divide os operários em dois grupos distintos sendo primeiro grupo, o dos indivíduos que possuem contratos de trabalho por regime indeterminado, e o segundo grupo os que possuem contratos de regime determinado, comumente designados de contratos de trabalho a prazo certo.

Assim, o factor distinção dos regimes dos contratos de trabalho na construção civil influencia na forma como os operários fazem o uso da indumentária de trabalho.

Todos nós recebemos equipamento de protecção individual mas para muitos de nós melhor poupar, porque quando os contratos terminarem para aqueles que o patrão achar que dá para renovar, não vai dar novo material nos primeiros três meses, quem nessa altura tiver equipamento gasto, automaticamente cai fora e, nem lá fora vai ficar difícil arranjar emprego nas outras construtoras. Digo te minha irmã, só o facto de chegar com pelo menos botas novas e capacete, no dia de entrevistas de pré-selecção já é uma vantagem de ser admitido. (Chirunguze, Entrevista 3).

A explicação era sobre facto de os indivíduos ostentarem vestes de logótipos distintos e em alguns casos quase rotos, e, se referia que aquele grupo tinha contratos de trabalho de regime precários uns por tempo certo e outros, incerto. Uma vez recebido novo equipamento o mesmo era guardado e recorrer ao roto, para no final de contrato, servir de uma carta na manga durante a negociação de um novo contrato de trabalho.

Foi neste âmbito que procurei redefinir o meu lugar de investigadora num meio completamente masculino na busca conhecimento aproximado sobre as relações humanas existentes em volta da segurança vs risco laboral na construção civil.

A recolha de dados etnográficos observou os critérios do método qualitativo e foi feita no decurso das obras de construção de uma bomba de combustível, do Grupo Total adjudicada a uma empresa de Construção Civil e Serviços para a Indústria Petrolífera, denominada Maputogal, Lda, Quivay R. e Campenhautd L. (2005).

Este método Mariza Peirano (2006) designou de “*a favor da antropologia*” pela minúcia que caracteriza as pesquisa microssociológicas.

A escolha deste local constituiu um plano “*b*” depois de ter apresentado as credenciais sem sucesso no primeiro semestre de 2014, nas empresas Vale Moçambique, Cervejas de Moçambique, e a Construtora Soares da Costa, unidades laborais nas quais pretendia estudar sobre a matéria em questão, com objectivo de apreender os possíveis modelos explicativos em relação a noção do risco, acidentes e doenças profissionais.

A escolha do local deveu-se à sucessivos fracassos sobre os quais adoptei a estratégia informal, que consistiu em identificar uma obra de construção civil, neste caso a obra da bomba de abastecimento de combustível.

No primeiro dia, contactei o guarda na segunda quinzena de Setembro de 2014, apresentei-me e expliquei as razões da estadia naquele local, sorriu e pediu anonimato para qualquer informação que pudesse me prestar. Assumi o compromisso, e o homem apontou de forma discreta o suposto encarregado da obra, de nome José António Pereira Ramos, de 47 anos de idade, nacionalidade portuguesa o qual devia lhe aproximar para expor a preocupação.

Gostaria de salientar que, trata-se de um meio ambiente em que o ruído das máquinas interferia no diálogo. Mesmo assim, apresentei que, a principal intenção era de desenvolver uma pesquisa

académica naquele local e o pedido foi aceite, e explicou que durante o decurso das actividades apenas seria possível observar e fotografar pouco justificando que o “*flash*”, podia criar perturbação nos trabalhadores, e provavelmente parar as actividades ou mesmo incitar algumas falhas de procedimentos, que podia conduzir a ocorrência de acidente de trabalho.

A mensagem de advertência por um lado tinha em vista me fazer perceber que a melhor hora para abordar o resto dos operários envolvidos na obra seria a hora de intervalo para almoço que é das 12 as 13:00h, em que seria possível envolver o maior número possível dos trabalhadores e por outro lado, evitava parar com as actividades da obra porque segundo o encarregado da obra faltavam apenas três meses do prazo estabelecido pelo cliente para conclusão e entrega ao cliente.

Em virtude do exposto pelo informante, decidi nos primeiros 7 dias interpolados, e nos horários entre manhãs e tardes, observar o decurso dos trabalhos da abertura de poços para os tanques subterrâneos de combustível, e nos restantes dias de trabalho no campo foi possível reunir e conversar com pessoas cujo número varia entre 4 a 11 indivíduos, dependendo dos dias, sempre nos intervalos para o almoço.

No local tive a oportunidade de interagir com informantes de múltiplas especializações e categorias profissionais dentre as quais, fiel de armazém, que se responsabilizam pelo recebimento e redistribuição do material alocado a obra, em coordenação com os apontadores. Interagi igualmente com os armadores mais conhecidos por ferreiros, electricistas, operadores de máquinas, alinhadores de blocos pedreiros, pintores e os guardas.

A faixa etária dos meus informantes compreende de 26 a 43 anos de idade e o nível de escolaridade parte do primário do segundo ciclo ao médio do ensino geral, Tiago Massavanhane, Isabela, Nganhane, Chirunze e Chauque são alguns nomes fictícios usados como estratégia na negociação do acesso as informações e consciente da necessidade de preservar a integridade das fontes, como forma de dar conta das prováveis frustrações dada complexidade e sensibilidade da matéria em pesquisa. (Wedel, et all. 2005: 47).

Enfrentei alguns constrangimentos no início da interacção os operários me encaravam com uma certa desconfiança até que me vi na possibilidade de faltar me colaboradores no local para a materialização da pesquisa. Tive que conquistar amizades porque as pessoas estavam meio apreensivas e eu era uma das poucas mulheres que devia se encontrar naquele local, e vindo de

fora a situação se complicava pelo que, tentei camuflar me trajando calças de caqui, camisetas informais articulado com o uso da língua local, mas fui infeliz.

1º) Porque encaravam-me como sendo oriunda de uma outra realidade, fui atribuída alguns estereótipos tais como “ fofinha não fica na obra” é lugar empoeirado, não há mesa nem cadeira para servir visita, além do mais, no local se falava tudo alheio aos ouvidos de uma mulher, sobretudo piadas e história sobre a sexualidade. Esta foi a forma provocativa para testar a minha reacção naquele ambiente totalmente masculino.

2º) O facto de terem me visto a conversar com o encarregado de obra, primeiro a quando da apresentação, julgavam que fosse um dos olhos ocultos ao serviço da entidade empregadora para intensificar o controlo de uso de equipamento de protecção individual atribuído pela empresa.

Este fenómeno, marcou as conversas interpessoais, com um clima de tensão, que só foi possível contornar através de debates entre grupos, e mais tarde entrevistas personalizadas com indivíduos de idade que varia entre 26 a 43 anos de idade, dentre eles revelaram terem passado por vários empregadores que operam no ramo da construção civil uma vinculação laboral terminada logo após ao término dos trabalhos para os quais tinham sido contratados.

Esta era o início de uma etapa em que os indivíduos se dispuseram a contar suas histórias de vida bem como um pouco do que sabem, relacionado com acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Assim, no fluir da conversa minuciosamente apontava no diário de campo várias imagens dos trabalhadores com relação a ideia de segurança no trabalho, foi assim que tomei conhecimento de que havia na empresa um instrumento que se chamava caderno de adiantamento, tive oportunidade de analisá-los, fornecidos pelo informante. Massavenhane, de 43 anos de idade, explica que,

O caderno de adiantamento é um instrumento em que o patrão regista todo o equipamento atribuído a cada trabalhador para melhor controlo de uso e responsabilização em caso de desaparecimento ou danificação do mesmo. O que acontece, na realidade é que não se trata de adiantamento algum para o trabalhador porque o patrão desconta um valor logo no primeiro mês que o indivíduo recebe, e o que acontece com a roupa ninguém mais controla senão o

próprio trabalhador que prefere esconder para uso noutras ocasiões. Por isso aqui cada um se apresenta da sua maneira todos os dias assim mesmo.

Entretanto, alguns trabalhadores que opinaram a cerca de contratos a prazo certo, referiram que este tipo de contratos de trabalho permite a participação activa, no processo de negociação de salários várias vezes por ano sempre que entrar numa nova construtora declarando desvantagem nessa matéria aos seus companheiros que tem contratos de trabalho por tempo indeterminado, e explicam que o aumento salarial desde o ano de 2008, tem sido uma vez por ano, mediante a aprovação do governo no mês de Abril, enfatizaram que nem sempre os empregadores respeitam tal aumento estabelecido pela política nacional de reajuste salarial.

Relativamente aos acidentes de trabalho, os indivíduos alegam que são inevitáveis cada um adopta um conjunto de medidas para se proteger, onde os meus entrevistados acreditam que os mesmos podem ser pensados de forma constante até terminar uma determinada obra e não acontecer nada.

Mas o facto de trabalharem a saber que um dia o contrato de cada um dos elementos do grupo vai caducar, constitui um maior risco para si, e a preocupação de negociar novo contrato torna-se maior e se transforma em aflição. Com o efeito, superando a observância das medidas de segurança no trabalho determinadas pelos princípios legalistas.

Eu por exemplo sei que daqui a 3 meses vou ter que ficar em casa, minha família acordar todos os dias olhar para mim dói! Por isso, quando nos mandam fazer um trabalho a gente não pensa duas vezes, sem ou com risco dessas coisas de acidentes, e cada um aqui luta no máximo para agradar os chefes para ter a sorte de renovar o contrato pelo menos por um período igual. Massavenhane,

2.3. A dimensão metafísica

Neste subcapítulo apresento alguns aspectos de cunho metafísico dos quais compreende-se a todo o conjunto de instâncias, hábitos, crenças que no dia-a-dia influenciam de algum modo o comportamento dos trabalhadores sazonais na sua relação com EPI, em virtude da segurança no trabalho e demonstrar que a questão de doenças profissionais e acidentes de trabalho é vista como sendo problema imediato e secundário às suas preocupações.

O pensamento milagroso está no cerne das vicissitudes que determinam algumas práticas inevitáveis no contexto de protecção e segurança entre os trabalhadores sazonais da construção civil diante de tormentos involuntários ligados ao desemprego cíclico. Nesta perspectiva, a ideia de segurança e integridade física do trabalhador é de responsabilidade delegada aos fenómenos sobrenaturais, a consciência metafísica, no lugar de se preocupar com o uso ou não dos EPIs, sistematicamente desenvolvem estratégias que garantam a empregabilidade rotineira do homem.

Este aspecto julguei pertinente ao estudar entre os profissionais da construção civil pois, permitiu identificar uma série de elementos que levam-nos à crenças compartilhadas por pessoas na tentativa de prevenir da melhor maneira possível o infortúnio ou as forças maléficas no processo laboral, tendo em conta que a ciência antropológica procura compreender a forma da construção social e identificar o recorrente padrão.

A ideia de “*purificação do espaço*” é uma das práticas conhecidas no grupo e consiste em solicitar o auxílio do mundo sobrenatural para alcançar um determinado objectivo, que neste caso garante o decurso das obras num ambiente seguro.

Olhando para a reflexão de Geertz (1973) vemos que, quem aceita toma uma atitude de acção, faz coisas e participa de rituais religiosos e crê em virtude “de” e que os participantes em rituais do âmbito metafísico, crenças religiosas são veículos para a realidade. O que significa que, estes mostram o que acreditam e no que acreditam dentre várias materializações e realizações de certos sistemas de crenças, opinião colectiva que influenciam de certo modo no comportamento dos trabalhadores no local de trabalho.

Esta obra começou no mês de Junho de 2014, quando ganhamos o concurso, já passamos dois meses ainda não se registou um acidente de grande magnitude, e passamos da fase considerada mais perigosa de abertura de poços para construção de tanques subterrâneos. A sinalização de proibições é esta conforme vê, e os equipamentos disponíveis, mas há uma coisa que vou te dizer, aqui na empresa não se fazem obras desta em que se cava a terra sem antes, se fazer a cerimónia de evocação dos espíritos no local, no dia do lançamento da primeira pedra. Minha filha, se fizer isso, haverá sangue! (Mucave, entrevista1).

Isso é o que todos sabemos e participamos na cerimónia, mas também pode ser que cada um de nos tenha um segredo que vela pela sua própria protecção. Para os trabalhos

decorrerem bem, uma vez que há homens a trabalhar há também, competição e competição é luta, mas as armas ninguém vê só aquele que os seus antepassados são bons, podem lhe fazer sonhar a dormir e ver como fazer para se defender.
(Massavenhane, entrevista 2).

Ora, fica evidente que no contexto em que se desenvolve a pesquisa, a ideia de vulnerabilidade e vitimização são duas dimensões que podem derivar a ruptura da lealdade entre a vítima e os seus antepassados podendo deixar o lugar de acção dos espíritos maus por castigo divino, ou por pactos espirituais praticados por outros operários sazonais iguais, com a finalidade de conseguir o contrato de trabalho por tempo indeterminado uma vez mas, remete-nos à ideia de precariedade contactual como um factor determinante do risco.

O ritual “kupalha” para apaziguar os espíritos no local onde vão decorrer as obras de construção é fundamental e, é realizado sobre a liderança das autoridades locais, régulos, secretários de bairro, ou pelo ancião mais antigo e nativo da região, caso não exista há o envolvimento de espiritualista para benzer o local.

Como se pode ver, este tipo de protecção se destina ao colectivo e para ambos os casos tem como finalidade a pré-preparação psíquica dos actores, procedimento que de algum modo, estrutura sociedades na medida em que elas acreditam que o espaço físico tem dono oculto, diferente de Deus, e coloca em causa o pensamento bíblico segundo o qual este é o fazedor de todas as coisas, olhando para a dimensão metafísica, podem ser vários os aspectos sobrenaturais que determinam a segurança no trabalho.

Estas manipulações culturais subjacentes na ideia de prevenção de acidentes de trabalho e doenças profissionais, provam que os trabalhadores da C.C, não se limitam na sinalização ou uso adequado dos equipamentos disponíveis, como também, acreditam que a participação de uma cerimónia de evocação dos espíritos no local, logo no lançamento da primeira pedra em cada obra, tem uma forte influência sobre a tranquilidade colectiva dos mesmo em primeiro lugar, e de seguida a confiança e tranquilidade individual ou secreta que consiste em a cada indivíduo buscar a sua própria protecção.

Secção III

3. Direito à Protecção, Segurança e Higiene no Trabalho

A Convenção n° 187, da Organização Internacional de Trabalho, (OIT) ratificada pelo Governo moçambicano, na *Declaração da Filadélfia (2008)*, assente no pressuposto de salvaguardar a dignidade do trabalhador na qualidade a pessoa humana, exigindo que os estados membros deviam desenvolver programas concretos, com vista a proteger de forma eficaz, a vida humana e a saúde dos trabalhadores em todas as profissões, como sendo um direito fundamental da massa laboral consagrado igualmente no n° 2 do artigo 85, da Constituição da República de, (2004).

Neste capítulo sugeri-me a analisar não somente instrumentos legais que versam sobre a matéria, mas também documentos das petições que deram entrada no pedido de Abril de 2013 a Abril de 2014, no Ministério de Trabalho, no sector da Inspeção Geral do Trabalho, a reportar situações relacionadas com o acidente de trabalho, tratamento e acompanhamento das vítimas, que dão conta que no período em alusão, dentre vários casos, quatro acidentes foram de natureza grave, que culminaram em óbitos na mesma proporção.

Aqui, busquei no máximo possível, vencer o desafio da falsa sensação de familiaridade com o contexto da língua, dos discursos predominantes do governo sobre a questão de segurança no local de trabalho, que tem vindo a ser disseminados através da rádio e televisão nos últimos anos.

Em muitos casos, os conteúdos disseminados pelos órgãos de informação nas matérias de higiene e segurança no trabalho são parte integrante da Constituição da República de 2004, no seu n°2 artigo n° 85, preconiza como parte dos direitos fundamentais consagrados ao trabalhador, “*Direito à Protecção, Segurança e Higiene no Trabalho*”, em que os empregadores devem adoptar mecanismos que visam colmatar todas situações que concorrem a condições inseguras no local laboral, com vista a redução do risco.

O legislador moçambicano por exemplo, no artigo 216, da Lei n° 23/2007, de 1 de Agosto, Lei do Trabalho, estabeleceu que todos os trabalhadores têm o direito à protecção de trabalho em condições de higiene e segurança, incumbindo ao empregador a criação e desenvolvimento de meios adequados à protecção da integridade física e mental dos operários. Prima pelas boas condições seguras morais e físicas do trabalho, informar aos trabalhadores sobre os riscos do respectivo posto e instruí-los sobre o adequado cumprimento das regras de higiene e segurança no trabalho.

O mesmo espírito podemos encontrar no artigo 5º do Diploma Legislativo nº 120/71, de 13 de Novembro, que regula condições de segurança no trabalho para o sector da construção e engenharia civil, no qual determina que, deverá existir nas obras em condições de poder ser fornecido prontamente e em bom estado de conservação, o equipamento de protecção individual nomeadamente capacete rígido, botas altas de borracha ou com protecção metálica consoante o risco identificado, mascara e óculos, cintos de segurança, luvas, aparelhos de respiração automática, equipamento limpo e em condições de satisfazer cabalmente ao fim a que se destina.

De acordo com o regulamento interno em vigor na empresa, todo o trabalhador deve trajar equipamento de protecção individual durante as actividades laborais na obra, em plena inspecção de qualidade e segurança, em caso de ser interpelado sem estar devidamente equipado as medidas são severas que podem conduzir a interdição da execução da obra e produção de um relatório pouco abonatório para empresa, medida que implica perder credibilidade no mercado.

Por isso, para precaver situações pontuais de trabalhadores considerados indisciplinados inventou-se o instrumento complementar que é conhecido na empresa, por caderno de adiantamento, em que cada trabalhador solicita o equipamento de forma individual e é registado num caderno de adiantamento de modo responsabilizá-lo pelo uso e conservação, assim, todo o trabalhador é fornecido o equipamento em especial no dia das visitas, sem olhar para o registo e tal, passa a se efectuar a posterior.

Secção IV

4. “Boha la hanshi, yelsha” um protagonismo do trabalhador sazonal na preservação do emprego

4.1. Descrição do espaço, jornada, organização e distribuição de tarefas do trabalho

A Maputogal é uma empresa de construção civil e serviços, na área de bombas de abastecimento de combustível, que opera em Moçambique desde o ano 2007. Esta empresa emprega um total de 87 trabalhadores moçambicanos, 7 trabalhadores de nacionalidade estrangeira, deste número, 53 estão alocados no estaleiro temporário criado para construção de uma bomba de abastecimento de combustível petrolífero, do grupo total, no bairro 25 de Junho, na Cidade de Maputo desde o mês de Junho de 2014.

Em volta da área do decurso das obras, está fixada uma rede tubarão para proteger o espaço da entrada de pessoas estranhas àquelas actividades. No entanto, o acesso de pessoas e máquinas ao interior do espaço é feita a partir de um portão provisório, de estrutura metálica baixa, de aproximadamente meio metro de altura, fundo de cor verde e abre simultaneamente para as duas laterais.

Há escassos metros depois do portão, existe uma área relvada com uma placa de fundo branco e letras verdes, com a indicação seguinte: “*ponto de encontro*”, é um espaço reservado para reuniões de controlo de assiduidade dos operários. De seguida, dá se instruções do trabalho sempre as 7:00h de cada dia.

Na lateral esquerda do ponto de encontro, para além de um camião carregado de sacos de cimento, existem duas dunas de pelo menos um metro meio de altura, de areia grossa e uma de areia fina, logo em seguida, dois camiões giravam em torno de si as carroçarias de forma cilíndrica, sem parar é o processo de mistura de betão para prevenir a secagem do material antes do uso.

A jornada laboral diária é de 9 horas de trabalho efectivo, das 7:00h as 17:00h, com interrupção de uma hora que é das 12: 00h as 13:00h, de segunda a sábado.

O recorrente é que todo o trabalhador leva consigo mochila, nas costas ou nas mãos contendo seus pertences e alguns destes indivíduos levam-nos em sacos plásticos. De um modo geral, as mochilas continham marmitas, fardamentos e telefones celulares.

As pastas e sacos plásticos são pendurados numa pequena árvore de folhas escassas existente próximo de ponto de encontro, e se avançam para as actividades, os ferreiros cortam os ferros, “vão nº 16 e 22”, o corte é efectuado através de uma máquina portátil, que leva um disco, e resguardo colocado defronte do utilizador. Uma vez cortado o ferro, o mesmo intercalam um com o outro, em forma de tecelagem, com as extremidades voltadas, se prende com os pedaços de arame, fazem a malha que segundo o informante, as malhas são colocadas através de uma máquina denominada grua, no fundo dos buracos abertos para construção dos reservatórios de combustível.

Aqui, para além das máquinas de grande dimensão, estavam alocados para o projecto 53 trabalhadores dos quais 52 são do sexo masculino, 1 do sexo feminino, deste número 38 são contratados a prazo certo, sendo que em média a validade dos contratos é de 4 meses, e os restantes com contrato de trabalho de 6 meses, tal é o caso de electricistas e canalizadores para acompanhar os trabalhos até a entrega da obra ao cliente.

Do universo acima referenciado, apenas 15 trabalhadores são contratados por tempo indeterminado, estes compreende o grupo de alguns engenheiros e supervisores. A idade de toda a mão-de-obra envolvida na construção da bomba, varia entre 23 a 62 anos.

Os indivíduos estão divididos por especialidades profissionais da seguinte forma, 19 com a especialidade de ferreiros, mais conhecidos por armadores, 16 pedreiros entre os mestres e ajudantes, 5 serralheiros, 4 canalizadores, 3 electricistas, 3 operadores de máquinas escavadoras, 1 condutor de veículo e 2 guardas.

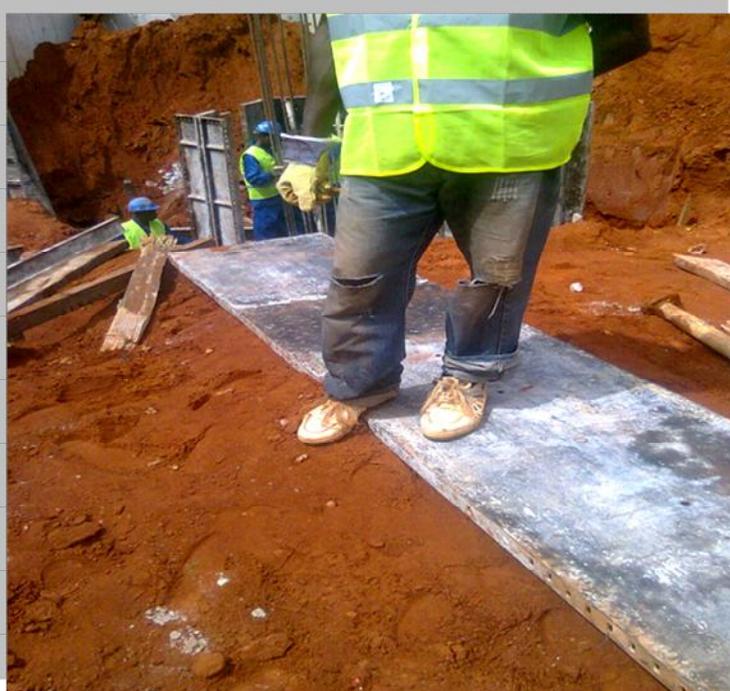
Trata-se de um espaço de aproximadamente 400 metros quadrados, observamos máquinas de grande porte e pessoas que trabalham para a construção de 5 tanques subterrâneos reservatório de combustíveis petrolíferos, dentre a gasolina, diesel e petróleo. No espaço está inclusa uma loja para comercialização de diversos produtos e duas casas de banho para os utentes.

O local é marcado por ruído das máquinas que passa a ser a normalidade do ambiente durante o exercício de escavação e abertura de poços para construção de tanques subterrâneos. Um monte de terra surgia ao redor dos buracos criados, no fundo, indivíduos vestidos de fatos azuis, coletes cor de laranja com reflectores prateados, uns agachados e outros em pé preparavam a estrutura de ferro grosso nervurado e arames, enquanto outros colocam nas laterais chapas de conferragem em forma de barreiras ao possível desabamento de terra.

Nesta actividade, requer-se muito cuidado e concentração, o movimento das máquinas de um ponto a outro, não somente emite o ruído, como também ligeiramente estremece a terra, a terra em volta dos buracos abertos apresenta uma probabilidade de desabar e retornar ao fundo da cova.

Imagem i

Na superfície, existia uma máquina aparentemente mais antiga com relação as outras, outra comandada por uma pessoa do sexo masculino trajado de fato cor de laranja, no exercício de



remoção de areia retirada do interior dos poços e colocavam a em dois camiões basculantes que evacuavam para fora da área reservada da obra.

Imagem ii

As 12:00h, os trabalhos são interrompidos, o supervisor da obra ordena para desligar as máquinas o silêncio convida os operários a largar os trabalhos para gozar do intervalo para o almoço. É o momento em que, uns caminham em direcção a casa de banho, outros vão pegar suas pasta penduradas nos galhos da pequena árvore logo junto ao portão e



procuravam o lugar que apresenta melhor sombra para descansar e almoçar.

Sentados uns debaixo de camiões, outros no alpendre de chapa localizada ao fundo das instalações, almoçavam desenvolviam conversas de sentido ocioso, cómico.

Enquanto isso, os trabalhadores sem marmitas saiam para fora das instalações compravam “*pão com baja*” ou “*pão com salsicha*¹” no mercado de 25 de Junho, e comiam. Havia também outros que compravam um prato de refeição a custo de 35 meticais, arroz com verdura ou arroz com feijão por prato e a custo de 50 meticais um prato de arroz, com gizado de frango, de carne de vaca ou peixe carapau frito.

Os grupos são criados por afinidades, uns porque já se conheciam antes da contratação, outros uma relação que nasceu a partir do encontro na execução da obra em construção. Parece um ambiente de coesão onde a partilha das refeições estabelece solidariedade e inter-ajuda, mas no meio de tudo, há também rivalidades entre grupos ou indivíduos.

Interpelei três indivíduos que desempenham funções de armadores que falavam de uma pessoa de nome Arcanjo, que acabava de chegar e que parece que não entendia nada da construção, o mesmo é acusado de gritar para os demais trabalhadores procurando se aproximar cada vez mais na confiança do encarregado da obra.

Este comportamento, é considerado típico de alguns trabalhadores sazonais, sobretudo os líderes de pequenos grupos que passaram por essa via e ascenderam ao cargo de supervisor de produção, assiduidade e de uso de equipamentos de protecção individual, já no segundo contrato, antes disso, desempenhava funções de apontador de mercadoria.

A sua presença entre os demais trabalhadores não era confortável, quando se aproximava a um grupo de trabalhadores na hora de almoço, uns mantêm-se calados e os mais atrevidos se dispersam, para evitar contacto consigo fora às orientações de trabalho, este é acusado de espião “*olhos ocultos do patrão*” e disseram que aquele indivíduo sabia quando é que chegavam visitas de fiscalização da qualidade da obra e normas de segurança.

Assim, conotado de quem em primeiro lugar fica a dar instruções de que todo o trabalhador deve chegar pontualmente nessas datas devendo todos apresentar o equipamento de protecção

¹ Originalmente designadas “Boer Woers” na África do Sul, vulgarmente chamadas “Vors”

individual completo e em boas condições de conservação, e por isso, para quem não tiver, basta se pronunciar é imediatamente fornecido, porém, registado no famoso caderno de adiantamento para fins de controlo.

Esta ideia de caderno de adiantamento é outro factor que divide opiniões na empresa, um trabalhador de 27 anos de idade dizia que não tinha interesse em receber o uniforme, alegando que a empresa se preocupava com as fiscalizações e não com a sua vida, com o agravante de tal se registar no referido caderno de adiantamento para mais tarde descontar no salário. A prática pode ser considerada de transferência de responsabilidade de aquisição do EPI, de empregador para o trabalhador.

4.2 Crenças sobre a ideia de segurança no trabalho

Entre os trabalhadores contratados a prazo certo na construção civil, existe um princípio segundo o qual os equipamentos de protecção individual são associados à protecção contra o desemprego cíclico que constitui o principal “*risco*” social no ponto de vista da identidade de um indivíduo.

Num contexto em que a questão do trabalho digno e manutenção da rotina laboral tem uma relação não somente às questões económicas, como também a questão de masculinidade, poder e faculdade “*de*” fazer alguma “*coisa*” ou não. A essa faculdade de poder fazer alguma coisa designada por força activa para o trabalho quando se vê ameaçado ao desemprego pela ruptura de continuidade do exercício laboral que conseqüentemente anula a renda, a questão de acidente de trabalho é vista como sendo um problema secundário.

Trata-se de uma posição em que se admite que um acidente de trabalho pode reduzir a capacidade de vender a força de trabalho desejada no mercado de emprego, mas, com uma particularidade de reduzir a renda, quando um acidentado sobrevivente deixa de receber salários e passa a se beneficiar de pensões de sobrevivência.

Cada um de nós aqui sabe quando é que vai para rua, os contratos que assinamos são a prazo certo outros de três meses, no máximo até seis meses para aqueles que vão até ao final da obra. Para quem tiver sorte o patrão gostar do trabalho prestado pode ser chamado assim que a empresa ganhar outra obra, em Maputo ou em qualquer outro lugar, tal como ouvimos rumores de que depois desta, a empresa vai construir uma

bomba de combustível do grupo da Petromoc”, em Nampula, mas temos a certeza de que mais que a metade de nós não será recontratado, Ent.1.27.10.2014-12:51h

O meu informante parecia tenso ao exteriorizar a sua opinião em relação ao término de um contrato de trabalho expressava-se de alguma forma numa incerteza sobre a faculdade de empregabilidade nos dias subsequentes.

Trata-se de uma preocupação que inquieta todos os operários de maneira que o espírito predominante é a “*certeza da incerteza*”. Primeiro, pelo facto de prever o tempo de vigência a cada contrato de trabalho e o vínculo contratual, respectivamente. Segundo, incerteza por não poder prever quando?

Como? E onde poderá vender novamente a sua força de trabalho a fim de concorrer para um novo posto ocupacional. Efectivamente, a preocupação primária no seio da classe trabalhadora da Construção Civil é a maleabilidade do vínculo contratual o que favorece a repulsa na sua forma de agir e receber as mensagens transmitidas pelas comissões de higiene e segurança no trabalho relativas ao uso do equipamento de protecção individual.

Imagem iii



O facto pode ser associado às condições de conservação dos EPI, tal como se pode notar na imagem iii, que caracteriza de um modo geral os estaleiros das obras de C.C, pela alegada curta duração tempo de permanência nos locais isto, traduz-se em falta instalações vestiários para os operários no decurso das obras e consequentemente precariedade das condições de saúde e segurança no trabalho. O entrevistado 2 procurou explicar o fenómeno dizendo que;

O trabalho que a gente faz aqui é duro e até diria que não se resolve com a distribuição de um ou dois pares de fardamento. Se for a analisar uma parte das roupas que usamos no momento

recebemos no início da obra, um par novo e outro velho dos que já tinham sido trabalhadores daqui. Mas se vier alguém de fora que não sabe das coisas, a primeira resposta que esses da comissão dão é que o trabalhador não sabe conservar a roupa que a empresa fornece.

Nessa altura, ninguém vai se lembrar de dizer que para além de ter sido usada por várias outras pessoas que passaram pela empresa, a mesma somos obrigados a pendurar nos pregos ou pedaços de madeira e as botas no chão por falta de espaço construído para tal. Ent. 2 .13.11.2014-12:37h.

Em lugares como este é comum encontrar trabalhadores nas condições desiguais no uso da indumentária de trabalho, alguns operários com os equipamentos de protecção individual roto, semi-roto ou até sem qualquer tipo do EPI, tal com ilustra a imagem iv, desta pesquisa, em que vemos no total três trabalhadores da carreira de armadores empenhados na conferragem de uma estrutura metálica dentro de uma cratera aberta por máquinas de alta tecnologia. Dos três trabalhadores, um encontra-se vestido de calças de jens semi-rotas, com sapatilhas igualmente degradadas em relação aos seus companheiros de trabalho que se apresentam claramente aprumados de vestes laborais.

Por exemplo a dias atrás um colega pintor enquanto pintava o alpendre da bomba que aqui vê, logo que junto com os ajudantes montou os andaimes e colocou tabuleiro com tinta, balde e pincéis para trabalhar ao alto, já na primeira prancha do terceiro andaime sobreposto, Gabito concentrado no trabalho da pintura, de repente uma viatura de marca Nissan, cabine simples, de mata boi frontal, cor verde, vindo no sentido Estádio Nacional do Zimpeto para Cidade, surpreendentemente derrubou toda a estrutura de andaimes montada.

De repente, a tinta derramou, e o tabuleiro, rolo, pincéis o próprio balde tudo espatifado. Os senhores da comissão de higiene e segurança, muito menos o próprio pintor quando colocou o cinto de segurança ao iniciar o trabalho, não pensou que haveria de ser atropelado. Provavelmente aqueles procedimentos tinham como finalidade de se prevenir de uma possível queda. Mas como tal queda podia ocorrer, jamais poderia adivinhar.

Completamente assustado, Gabito escapou ao escalar o segundo pilar à direita do alpendre, escaparam igualmente os outros dois ajudantes quando iam buscar diluente no

carro de material, o que significa que aquilo era uma encomenda preparada só para si, partindo de juras malélicas do seu supervisor para o pintor numa discussão, no que dizia que o pintor devia estar preparado para ver o resultado.

O resultado disso é o que aquele carro Nissan revelou. Todo mundo que assistiu a cena não tem dúvidas de que estava em causa a cabeça do pintor que a esta altura estaria morto, mas o miúdo também é pesado, aqueles são de Inhambane, família Manasse para quem conhece, estão protegidos tradicionalmente, e dizem por ai que na terra dele há um curandeiro muito famoso que prepara “mineiros” para as minas mesmo para os que querem viajar pela primeira vez para “África do Sul.

*Por isso, eu acredito que não escapou por causa de cinto de segurança, por que geralmente os ajudantes que ficam em baixo não usam cinto de segurança basta o capacete, agora, naquele caso poderiam ter sido atropelados se não tivessem ido buscar material que faltava no carro ” **Ent 2. 21.10.2014- 12:30h.***

A ideia de que o risco é incalculável por isso, o acidente de trabalho é inevitável coloca em causa a eficácia e eficiência dos meios de protecção individual o que faz com que os operários recorram a outra dimensão sobrenatural para protecção, seja ela por via dos espíritos dos antepassados, de Deus, ou igrejas espirituais.

Uma vez imprevisível o acidente de trabalho, o foco da preocupação sobre a questão é totalmente reduzido, embora admitem que, a vulnerabilidade à vitimização, pode derivar da ruptura da lealdade entre a vítima e os seus antepassados, que abre o espaço de acção dos espíritos maus ou de outros companheiros da carreira que fazem pactos espirituais com o fim de ganhar a admiração e ascenderem na carreira podendo passar para trabalhador permanente.

No caso dos ferreiros no meu sector por exemplo, somos pela comissão de higiene e segurança no trabalho obrigados a usar máscara respiratória, uma coisa que quase é impossível quando estamos a conferrar estruturas subterrâneas tais como, tanques de combustível, isto porque no nosso entender dentro de um buraco com uma profundidade que varia entre três a quatro metros mesmo sem máscara, o ar não circula devidamente e o uso de mascar só piora a situação de falta de ar.

Minha senhora! A temperatura que se sente na área nasal quando se usa este tipo de máscara, é quente e húmida porque assim é o ar do interior do nosso organismo mais quente que o da atmosfera. Além do mais, a máscara acumula na superfície nasal quantidades de poeiras que acabam por passar para o organismo sem leite fresco sem nada, terminamos doente comumente mais tarde depois da entrega da obra.

A ideia de humedecer o local também implica outro risco mais grave ainda do ponto de vista da empresa, porque quando se cava um determinado lugar a terra que se encontra mais ao fundo geralmente é húmida, aumentar o nível de humidade por água, a mesma pode ficar saturada e desabar, ao acontecer isso implica atrasar com as obras e perder a confiança do cliente, e abrir espaço para concorrência, nenhuma empresa quer isso.

Todos sabem disso, por isso insistem em nos obrigar a usar máscaras e muitos de nós quando o supervisor estiver distante, toda a máscara fica na testa, porque cada um sabe o que lhe conforta no organismo, contrariamente dos que nos exigem a usar porque eles não fazem o mesmo trabalho. Ent 3. 21.10.2014- 12:45h

Este, grupo de profissionais sazonais na Construção Civil, criou ao longo da sua experiência profissional uma espécie de normalização, não no sentido lícito, mas que a mesma é nutrida pela ideia de bem-estar e conforto físico, psíquico, espiritual e emocional como principal indicativo de segurança e saúde no local de trabalho, face a escassez do oxigénio no subsolo associado ao uso de mascaras respiratórias.

Vejamos que a característica da máscara atribuída para protecção das vias respiratórias é de cor branca, moldada em pedaço de pano sintético, elástico para filtração e com um arco para ajuste na cabeça passando por cima das orelhas do usuário. A mesma, era rejeitada pelos homens que conferravam a estrutura dos tanques subterrâneos de combustível em construção.

Esta máscara de acordo com os utilizadores a máscara tem pouca durabilidade, podendo ser usado pela mesma pessoa durante a actividade até no máximo dois dias, por isso é considerado como sendo do tipo descartável.

Contudo, o empregador estabelecera regras para a reposição deste equipamento de protecção individual que consiste em, a cada indivíduo de forma voluntária desde que seja trabalhador, no momento em que verificar o desgaste deste equipamento pode solicitar junto da direcção da

empresa e esta por sua vez, regista o valor da mesma em termos de custo de aquisição e, o tipo de material solicitado no famoso “*caderno de adiantamento*” posteriormente atribuir ao trabalhador.

O que podemos constatar é que a máscara de protecção das vias respiratórias é o único artigo de todos os equipamentos de protecção individual que esta classe de profissionais revela menos interesse em poupar com a finalidade de usar noutras solicitações no mercado de trabalho, não apenas pelo seu baixo custo de aquisição, mas também por ser considerada um meio que inviabiliza o processo respiratório, desconfortável e provoca a sensação de mal-estar, enquanto usam-na.

Assim, surge mais um argumento o “*desconforto*” associado ao abandono de uso equipamentos de protecção individual, no sector da Construção Civil no País, de uma forma geral visto que, para além das condições naturais climatéricas com um curso do verão extenso tal é o caso de regiões tropicais, estou a crer que deve se ter em conta os aspectos latentes nas políticas das organizações tais como seguintes:

- a) Saúde é a capacidade imunológica da pessoa na sua estrutura física, psíquica e espiritual, que de acordo com os meus informantes, esta capacidade pode ser adquirida através de tratamentos tradicionais após ao nascimento do indivíduo, “*ku tshivelela*”, pela protecção dos espíritos dos antepassados e de Deus, através de uma ligação forte do poder oculto que o indivíduo herda dos seus antepassados.
- b) O mesmo pode derivar de uma busca por meio de um processo “*kequendla*” deliberadamente a um “*Nhamussoro*” ou “*nas igrejas espirituais*. Assim, a protecção individual passa a assumir um duplo sentido, concretamente, o sentido defensivo contra os males que possam advir de outrem seja ele colega ou outra pessoa, e o sentido ofensivo que se traduz em fazer o mal aos outros para conquistar um espaço, aceitação e confiança de modo a ascender aos cargos importantes no trabalho.
- c) Ademais, constata-se ainda que existe uma percepção entre os trabalhadores de que cada região tem espíritos específicos e poderosos com um controlo incontornável sobre a mesma e que não pode ser “*violentada*” sem antes comunicá-los e solicitar a autorização como processo cumulativo na prevenção da sinistralidade.

- d) Além disso, existe igualmente a confiança no poder mágico do leite fresco, afirmaram que da experiência que tem, se um indivíduo consumir no mínimo meio litro deste alimento depois de cada jornada laboral, o leite vai limpar dos pulmões as impurezas inaladas durante as actividades e se manifesta em forma de diarreia de maneira a purificar o organismo.

Entretanto, vemos que a ideia de segurança no trabalho para profissionais da construção civil, por um lado, esta tem um carácter cumulativo sendo que é mais do que o uso ou falta de uso dos equipamentos de protecção individual para reduzir o risco de acidente de trabalho e/ou doença profissional. Por outro lado, o próprio E.P.I pode ser visto como o moderador entre a certeza de ser trabalhador e a incerteza de conquistar outro emprego o “*bicho*” que tira o sossego de um trabalhador sazonal.

Dadas situação do género, se almeja políticas públicas que por exemplo, pense na possibilidade de se estabelecer “*câmara de construtores*” de uma efectiva neutralidade onde o Governo bem como empresas construtoras poderiam delegar a responsabilidade, o processo de recrutamento, capacitação e fornecimentos e eficiência da protecção colectiva e individual bem como garantir um emprego duradouro para os profissionais da construção civil. **Imagem iv**



Pois, a ideia de economizar o (EPI), tem como finalidade acautelar circunstâncias futuras de desemprego e parece uma escolha deliberada do trabalhador no entanto, tem uma influência de forças externas ao indivíduo, tais como as questões sociais, políticas e económicas, que perfazem sentido lógico na relação que os trabalhadores sazonais tem entre si, e na sua relação com o empregador.

Em muitos casos, os trabalhadores apresentam-se apenas com o colete reflector e o capacete de todo um conjunto de equipamento de protecção individual, a figura a baixo por exemplo, mostra um trabalhador vestido de camiseta e calções consideravelmente rotos, mãos nuas e os pés sem protecção.

Trata-se de uma região em que a equipa dos armadores se dedica a actividade de retirada de chapas de cofragem, etapa que sucede a de betonagem antecedida por armação de estruturas metálicas e conferragem, os materiais devem ser retirados com maior atenção porque são contundentes, além do mais há probabilidade de desmoronamento de terra escavada.

Na conversa com os informantes revelaram que as pessoas se apresenta desta maneira recebem o EPI, faz muito tempo e está completamente degradado e alega se que quando se atribui um quite do equipamento novo aos operários os mesmos devem garantir a conservação e durabilidade.

Imagem v



A primeira vista, parece exposição deliberada ao risco ou a condição insegura do trabalho, mas da pesquisa feita percebemos que indivíduos como este, por serem considerados trabalhadores sazonais, poucas as vezes apresentam se no trabalho com o EPI, completo alguns porque não foram atribuídos e o pouco que usam já levam dos outros antecedentes. No caso contrário a precariedade contratual sujeita a estes indivíduos a poupar o EPI, com maior frequência as botas, capacete e luvas, para questões futuras de recontração e recorrer ao roto tal como se apresentam as botas na imagem v, ilustrada.

Este pormenor mostra que existem neste contexto vicissitudes que transcendem a falácia de “desobediência” proferida pelas comissões de higiene e segurança no trabalho dada a sua leitura simplista de ver a questão apenas no sentido probabilístico, ou então a falsa imagem da exposição deliberada ao perigo de acidente de trabalho. Por exemplo, o trabalhador que se retrata

na imagem v, revelou-me que o seu contrato caduca a pouco mais de 12 dia, foi contratado por três meses em Julho de 2014, para funções de ferreiro, para passar das entrevista, foi necessário apresentar um par de botas novas e luvas que tinha lhe sido atribuído pela construtora chinesa a quando da edificação de Estádio Nacional do Zimpeto.

A prática antropológica na busca em perceber o mundo das coisas como produto de acção humana, sejam elas conscientes ou latentes, poder-se-ia descobrir a forma como o ser humano desenha, configura e contempla o seu próprio mundo, com relação ao risco, acidentes de trabalho e doenças profissionais contemplar a racionalidade do que os outros não enxergaram ou simplesmente “*práticas aparentemente irracionais*” (Sperber, 1992).

Secção V

5. Considerações Finais

O contrato precário de trabalho é um agente que potencia o risco pois pode ser entendido em riscos individuais e riscos colectivos que altera as oportunidades de livre arbítrio do indivíduo sobre a integridade da pessoa humana e deste relatório vemos que grande parte dos recursos humanos na Construção Civil é considerada Sazonal, devido a flexibilidade da relação laboral trabalhador/empregador, um factor que influencia instabilidade de emprego, constituindo a principal causa de tensão do grupo sob ponto de vista de risco ou segurança no trabalho, uma lógica própria instituída neste contexto.

Neste sentido, fica desmitificada o princípio segundo o qual o uso de equipamentos de protecção individual proporciona a segurança dos indivíduos contra o risco de contrair doenças profissionais ou acidente de trabalho, na verdade, são vastas as doenças psicossomáticas que o indivíduo pode adquirir a partir de aflição e incerteza permanente sobre a possibilidade de ser recontratado para novo posto de trabalho. Note-se a experiência subjectiva de cada um dos actores, perigo para si é todo aquele que se relaciona com a ameaça de destituição no posto.

Nesta óptica, um conjunto de doenças psicossomáticas da experiência subjectiva do trabalhador, tal é o caso do stress, penso que pode ser considerado doença profissional que afecta o trabalhador independentemente de uso ou não de (EPI), pois, afecta o psíquico do indivíduo causando-lhe um mal-estar, que por sua vez reduz a concentração no manuseamento dos equipamentos de trabalho elevando a distração um dos principais factores que concorre à ocorrência de acidente de trabalho e constatamos que alguns equipamentos são considerados desconfortáveis, é o caso da máscara em que apenas são usadas no momento de vigilância, um período consideravelmente reduzido em relação ao tempo de exposição a poeira.

Da análise sobre o fenómeno de acidentes de trabalho percebe-se que o mesmo não está presente de forma objectiva no psíquico do trabalhador sazonal da construção civil, é relativamente inconsciente na medida em que o EPI simbolicamente para os trabalhadores sazonais representa futuras oportunidades ocupacionais, facto que torna os elementos do grupo cúmplices uns dos outros numa linha de coesão, pela comunhão de interessasse entre si, considerando que acidente incalculável e pode derivar do “*risco não probabilísticos*”, como diria (Paulo Granjo, 2004).

Para além das questões inerentes a ineficácia relativa dos equipamentos de protecção individual, os trabalhadores sazonais da construção civil, há também casos omissos pelas vítimas de acidente de trabalho o que conduz à cifra negra considerável, devido a várias razões tais como manter em segredo as lesões corporais de natureza leve pelo próprio acidentado e/ou pelo grupo, para não transparecer qualquer redução de capacidade laboral que possa culminar com a substituição e consequentemente redução da renda, retirada dos respectivos salários dos meses subsequentes sob argumentos neoliberais segundo os quais o indivíduo deve produzir para merecer a contrapartida,

Neste âmbito, a omissão das ocorrências é também protagonizada pelo empregador e resulta no abandono de trabalhadores sazonais sinistrados mesmo que tal seja de alguma gravidade que necessita de cuidados hospitalares. No País o direito a protecção de ponto de vista constitucional e da legislação laboral vigente, mostra-se confrontado relativamente ao real que orienta o quotidiano dos trabalhadores sazonais na construção civil, facto que se revela pela ocorrência de acidentes no local de trabalho em muitos os casos de natureza grave relativamente à outros sectores de actividades.

Estes aspectos controversos colocam em questão os objectivos da Organização Internacional de Trabalho (OIT), emanados na alínea g) do parágrafo 3 da Declaração da Filadélfia, da Convenção nº 187, de 2008, “ *relativo a promoção de programas que visam proteger de forma eficaz a vida humana e a saúde dos trabalhadores em todas as profissões*”. Moçambique, sendo membro desta organização desde 1976, ratificou a convenção em referência, e entendemos que neste campo o País, tem uma responsabilidade de fazer cumprir por via de políticas públicas elaboradas e ajustada a realidade, para o sector de trabalho.

A meu ver, os programas de erradicação de doenças profissionais e acidentes laborais na C.C, seriam razoáveis se procurassem descortinar o veio escuro que pesa sobre a abordagem legalista sobre o assunto e passar contemplar igualmente os aspectos culturais e simbólicos, dado que, estes constituem uma linha transversal da condição humana que se expressa na forma característica de mapear, pensar, agir frente a um problema específico relativo à segurança no trabalho.

Visto que, na perspectiva dos trabalhadores sazonais da construção civil, o risco é visto como algo estritamente aliado ao desemprego pois, afecta muito mais que uma estrutura física do

indivíduo pela ruptura da rotina quotidiana que afecta o estilo de vida, o estado espiritual e emocional do trabalhador no momento de demissão uma experiência que esta camada social considera de, torturante, daí a necessidade de adoptar formas alternativas para garantir a continuidade do emprego a partir o *“boha la hanshi, yelsha”*, como forma encontrada para o efeito.

Assim, vemos alguns exemplos de muitos aspectos culturais e socioeconómicos que transcende significativamente os programas de erradicação de doenças profissionais e acidentes laborais na construção Civil do ponto de vista legalista, e vemos no entanto uma considerável influência social relativo à ideia de segurança no trabalho a partir dessas formas particulares de pensar e agir face à questão, sobre a qual estabelecem sua própria lógica.

Referências bibliográficas:

1. AREOSA, João. 2010. “ Risco e Sinistralidade: um estudo de caso em contexto organizacional. Tese de Doutoramento. Lisboa: ISCTE-IUL. Instituto universitário, Departamento de Sociologia. PP: 11:174.
2. AREOSA, João. e DWYER, T. 2010. “ Acidente de trabalho: uma abordagem Sociológica”. *Configurações* 7(3): 107-128
3. AREOSA, João. e DWYER, T. 2009. “ Riscos de actividade de risco”: um estudo de caso contexto hospitalar. In *Revista sociológica*. Conf. {Online} 7 /2010, consultado a 18 de Março de 2014. URL: [http:// configurações. Revues. Org/213](http://configurações.Revues.Org/213).
4. AUGÉ, Marc. 1978. “ Religião Representações Ideológica” In *A construção do Mundo*. Lisboa: Edições 70, pp: 7-24
5. ALVES, P. e SOUSA, Y. 1999. “ Escolha e avaliação do tratamento para problemas da saúde: considerações sobre o itinerário terapêutico” In *Experiencia de doença e narrativa*. Ed Ribelo,M.C, Alves. P. Yara.M.Sousa , pp: 125-138
6. BENEDICT, Ruth. 1984. “A ciência do costume” In *Padrões da cultura*. Lisboa: Livros do Brasil. PP: 13-305.
7. CAMPOS, Dário, C. e DIAS, Márcio. 2012. “ A cultura de segurança no trabalho: um estudo exploratório”. *Revista electrónica de sistemas e gestão* 7 (4): 594-604
8. DURAND, Gilbert. “ O vocabulário do Simbólico” In *Imaginação Simbólica*” Lisboa: Edições 70,pp:7-17.
9. DWYER, Tom. 2006. “ Vida e Morte no Trabalho” In *Acidentes do trabalho e a produção social do erro*. Rio de Janeiro: editora Unicamp, pp: 183-214.
10. GEERTZ, Clifford.1973. *Interpretação da cultura*. Rio de Janeiro: www.ltceditora.com.br
11. GIDDENS, Anthony. 1994. “*Modernidade e Identidade Pessoal*” Oeiras: Celta editora, pp: 106-125.

12. GRANJO, Paulo. 2009. “Saúde e Doença em Moçambique” São Paulo: 8 (4): 567-581
13. GRANJO, Paulo. 2006 “Quando o Conceito de Risco se Torna Perigoso” In *análise Social*, Lisboa:ICS. vol xii (181). 1167-1179,
14. GRANJO, Paulo. 2004. “Trabalhamos Sobre Um Barril de Pólvora”: Homens e Perigo na Refinaria de Sines, Lisboa: ICS
15. HELMAN, C.G. 2009. “Doença na Perspectiva médica” In *interacções médico paciente*. Porto alegre: Artimédia, PP: 113-338.
16. HONWANA, Alcinda M. 2002. “Espíritos Vivos tradições modernas”. In *a possessão de espíritos no pos-guerra no sul de Moçambique*. Maputo: Promédia, pp: 45-222.
17. LEVI-TRAUSS, Claude. 1949. “O Princípio da Reciprocidade” in *Introdução á Antropologia* Edições 70, pp: 92-107
18. LEVI-TRAUSS, Claude. 2010. “Pensamento Primitivo e mente Civilizada” in *O mito e significado*. Edições 70, pp: 27-35
19. LEACH, Edmund. 1982. “Dívidas, Relações de Poder”. In *Social Anthopology*. Lisboa: Edições 70, pp 143-167.
20. LIHAHE. Danúbio. 2004.” Vidas sobre carris: apropriações socioprofissionais do perigo, entre os maquinistas no sul de Moçambique. Tese de Licenciatura. Maputo: FLCS-DAA. Universidade Eduardo Mondlane. pp: 1-71.
21. MALINOWSKI, Bronislaw.1977. “Argonautas do Pacífico ocidental”.Etnologia: pp17-37.
22. NOGUEIRA, V. e PIRES, D. 2004. “Direito à Saúde: um convite à reflexão” Rio de Janeiro: 20 (3): 753-75.
23. OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. 2006. “Olhar, ouvir e escrever” In: *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Ed Unesp, PP: 17-35.
24. PINTO, José. Madureira. 1996. “Contributos Para Uma Análise dos Acidentes de Trabalho na Construção Civil” In *Cadernos de Ciências Sociais*.
25. PEIRANO, Mariza. 2006. “Outros ensaios da antropologia” In *A teoria da vida*, Rio de Janeiro; George Zahar, pp: 71-110.

26. QUIVY, Raimund. & CAMPENHOUDT, L2005. “ Manual de Investigação em Ciências Sociais” Lisboa: Rui Santos. s. pp.
27. SILVA, Bernardete Ferreira da. e FRANÇA, Sérgio Luz. 2011. “ Contribuição da análise da percepção de riscos do trabalhador ao sistema de gestão de segurança e saúde do trabalho” *seget- simpósio de excelência em gestão e tecnologia* viii (s.s): 1-14
28. SPERBER, Dan. 1992. “Crenças Aparentemente Irracionais” *In O Saber dos Antropólogos*. Lisboa: Edições 70, pp: 9-20
29. UCHOA, E. & Vidal, J.1994. “ A abordagem Antropologia Pertinência Especificidade e potencialidade” *In antropologia Médica: Elementos contextuais e metodológicos para uma abordagem da saúde e doença*. Rio de Janeiro: s.ed, pp: 497-504.
30. WEDEL, Janine, Shore, Cris, Feldman, Gregory and Lathrop, Stacy. 2005. ‘Towards Anthropology of Public Policy”, *the Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, 600, (July): 30-51.
31. Moçambique. Maputo. Lei n° 23 de 1 de Agosto de 2007. Lei do Trabalho. Assembleia da República, 2007. P. 94.
32. Moçambique. Lourenço Marques. Diploma Legislativo n° 120 de 13 de Novembro de 1971. Regulamento de Segurança do Pessoal e Higiene no Trabalho. Residência do Governo Geral de Moçambique, 1972. pp.465-503
33. http://www.moodle.ufba.br/file.php/12338/Textos/Texto_1_PS0Promo_odasa_deequalidadedevida.pdf. 22.03.15.11:00h.

Anexos

Modelo de Entrevista (personalizada)

Apresentação

Esta pesquisa tem por objectivo compreender a relação indivíduos que trabalham na área da construção civil e os quadros preventivos da questão do risco, acidentes e doenças profissionais, seu impacto e mecanismos de superação. Tendo em conta que muitos destes trabalhadores têm contratos precários devido a vários factores e que até a eclosão de uma doença ou incapacidade pode ser a posterior a vigência de contrato. Assim, para fins meramente académicos esperamos sinceridade ao responder as questões que se seguem abaixo.

Parte i) Dados do Entrevistador

Entrevista nº _____

Data ____ / ____ / 2014

Hora ____ / ____

Parte ii) Dados do/(a) Entrevistado/(a)

1. Nome (**real ou fictício**)
2. Naturalidade.....
3. Idade do entrevistado
4. Estado civil.....
5. Nível académico
6. Profissão anteriores
7. Outros locais ou sectores onde trabalhou.....
8. Profissão actual
9. Tempo de serviço.....
10. Outro (Identifique).....

Parte iii) Entendimento sobre o acidente de trabalho na empresa construtora Maputogal

1. Já ouviu falar de um acidente de trabalho ou acompanhou um caso de género?
2. Aonde e como aconteceu?
3. E sobre doenças profissionais já ouviu falar? Como acontece isso?
4. Quais os factores que na sua opinião julga que podem estar por de trás de um acidente de trabalho ou que possam causar doenças profissionais?
5. Na sua visão, há alguma coisa que se pode fazer em relação aos acidentes de trabalho e doenças profissionais no seu sector? O que é?
6. Qual seria o propósito de adoptar essa proposta?
7. Há relatos de que existem instrumentos legais que regulamentam a questão das condições de trabalho no sector. Como percebe seu impacto nesta componente para reduzir a ocorrência dos acidentes?
8. Na verdade qual é a realidade do quotidiano face a estes regulamentos e ao fenómeno de acidentes na construção civil?
9. Em algum momento durante a sua actividade laboral tem usado um equipamento de trabalho? Se sim, qual é e para que serve? Se não, porque?
10. Como se adquire tal equipamento ou em que momento é atribuído?
11. Qual é a sua visão sobre esses equipamentos de proteção individual ou coletiva?
12. No seu ponto de vista qual é o papel das normas jurídicas sobre os acidentes e doenças profissionais? Se existe ? Em que medida?
13. Tem algum comentário ou acréscimo que queira fazer? Se sim deixe ficar um comentário livre e suas sugestões _____

Muito obrigado!